



23  
PRO  
CAMPV

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

---

LEI  
DOM Nº  
AUTÓGRAFO Nº 071/2017.  
PROJETO DE LEI Nº 3509/2017.  
AUTORIA: VERº. EDÉSIO FERNANDES

**“INSTITUI O PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO  
DO IDOSO DENOMINADO VOVÔ SABE  
TUDO”.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV, do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica criado o Programa de Valorização do idoso, denominado “Projeto Vovô sabe Tudo”, que tem como finalidade valorizar a experiência profissional adquirida pelos idosos, propiciando a transmissão de seus conhecimentos, habilidades e aptidões às crianças e adolescentes, através de oficinas de aprendizagem e produção.

**Art. 2º.** Para a participação como voluntário no programa definido no artigo anterior, os idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, com experiência comprovada e interesse no trabalho junto às crianças, adolescentes e adultos carentes, deverão inscrever-se para a seleção, conforme prazos, forma de avaliação e requisitos estabelecidos em regulamento.

**Parágrafo Único.** Os idosos que forem selecionados, atuarão como instrutores nas oficinas de aprendizagem e produção, recebendo treinamento específicos para ministração das atividades que serão oferecidas a população.

**Art. 3º.** A coordenação do programa instituído através da presente lei, será efetivada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família – SEMASF, que ficará incumbida da seleção e treinamento dos idosos, com base em critérios previamente estabelecidos e divulgados pelo Diário Oficial do Município de Porto Velho, planejando a organização das oficinas de aprendizagem e produção, acompanhamento e avaliação dos trabalhos.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

---



**Art. 4º.** Para o desenvolvimento e ampliação do Programa, o Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades de direito público ou privado.

**Art. 5º.** as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Departamento Legislativo das Comissões, 12 de julho de 2017.



Vereador Marcelo Cruz  
Presidente da CCJR/2017

Ver. Alan Queiroz  
Membro da CCJR/2017



Vereador Jair Montes  
Membro da CCJR/2017